

## O PROJETO ATUAL PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E A BUSCA PELO CAPITAL HUMANO, SOCIAL E ECONÔMICO

ANTÔNIO CARDOSO OLIVEIRA<sup>1</sup>; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFPEL/IFSUL – antoniooliveira\_ifsul@yahoo.com.br

<sup>2</sup>UFPEL/FAE – fatimacossio@ig.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas a educação tem sido responsabilizada por questões ligadas ao desenvolvimento econômico em diferentes países. Sob recomendações de organismos internacionais, esta deixa em um plano secundário a formação mais ampla dos sujeitos, para focar em problemáticas que dizem respeito ao aumento do potencial produtivo e também do consumo.

Em um período mais recente pode-se evidenciar que além da tarefa de desenvolver o capital humano, está sendo atribuída a educação o papel de construção do capital social de muitos países, principalmente os periféricos. Este desenvolvimento visa potencializar o crescimento econômico, secundarizando os aspectos humanos e sociais, com ênfase na criação de um novo tipo de homem e de sociedade que permitam a exploração sem fim do capital econômico (HARVEY, 2011).

Percebe-se, através das orientações do Banco Mundial (2011), um movimento de fortalecer o capital humano através da escola, referenciado pela ideia de “aprendizagem para todos”, podendo ser percebida como uma ‘nova roupagem’ à perspectiva anterior (década de 1960), orientando a qualificação do trabalhador para as demandas apresentadas pelo mercado.

Diante deste cenário é que se evidencia a motivação para o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo do presente estudo é desenvolver um aporte teórico para compreender a lógica que vêm influenciando a elaboração das políticas públicas educacionais no Brasil nos últimos anos, para que se possa, posteriormente, analisar especificamente a oferta do Bolsa-Formação/Pronatec através das parcerias público/privadas, que é a temática deste projeto de doutorado em educação.

Dentre os autores e fontes de pesquisa que foram utilizados para fundamentar o desenvolvimento do estudo situam-se: FRIGOTTO (2011), que aborda a teoria do capital humano e as suas consequências para o campo das políticas públicas; PUTNAM (2008), e seus estudos sobre a teoria do capital social; os organismos internacionais, tais como: BID (2004) e BM (2011) que enfatizam a relevância do desenvolvimento do capital social das nações e da estratégia 2020 para o setor da educação (focada em alcançar o objetivo de “Aprendizagem para Todos”); e MOTTA (2009; 2011) que relaciona o atual modelo educacional do Brasil com as recomendações dos organismos internacionais.

### 2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo estabelecido para o presente trabalho, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica e também documental, com fontes que abordam a

temática em questão e também em publicações dos organismos internacionais que constantemente atuam no direcionamento de orientações para o campo da educação dos países de capitalismo dependente.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordando o surgimento da teoria do capital humano, MOTTA (2011, p.38) salienta que esta foi difundida nos anos 1960, e que foi através do surgimento dessa concepção que “a função econômica da educação penetrou no tecido social das sociedades capitalistas”, e que essa lógica foi introduzida no campo escolar brasileiro “com as reformas da educação básica e universitária expressas nas Leis 5.540/68 e 5692/71”.

A relação linear entre educação, economia e emprego se tornou mais evidente após a segunda guerra mundial, quando se acentuava as lutas da classe trabalhadora e o crescimento do socialismo, ao mesmo tempo em que se acirrava a crise do capitalismo, com reflexos como a elevação das desigualdades sociais e do desemprego em grande escala. Como alternativa para a superação da crise, foi recomendado aos países subdesenvolvidos, pelos “dirigentes e intelectuais do sistema capitalista na época”, a tese do capital humano de SCHULTZ (1973) (FRIGOTTO, 2011, p. 22).

A concepção que se tornou hegemônica, a partir da tese do capital humano, foi de que o investimento em educação apresentaria um resultado igual ou superior a outros investimentos do setor produtivo, com isso, aqueles países que seguissem essa lógica reduziriam as desigualdades sociais e fortaleceriam suas economias. A teoria do capital humano inseriu uma perspectiva de relação direta entre o ensino e o mercado de trabalho, entre o investimento em educação e o aumento de produtividade e de ganhos sociais.

Salientando a efetivação das políticas neoliberais, MOTTA (2009, p. 552) descreve que nos países de “capitalismo dependente”, as mudanças preconizadas pelo Consenso de Washington foram significativas, e que para as políticas educacionais a “nova ordem mundial” recomendada pelo Banco Mundial foi de ampliar a qualificação da classe trabalhadora e possibilitar uma maior inserção no mercado de trabalho.

Diante dos reflexos de ineficácia das orientações recomendadas pela doutrina neoliberal, é que se desenvolve, na direção dos conceitos sustentados pelo neoliberalismo da terceira via, o que MOTTA (2009, p.555) denomina de “rejuvenescimento da teoria do capital humano” com a introdução de elementos da “teoria do capital social” para “educar para sobrevivência e para o conformismo”.

A teoria do capital social evidencia concepções também defendidas pelo modelo da terceira via sustentado por Giddens (2000). Ambas apresentam a relevância de se desconstruir o individualismo e o alto nível de competitividade que se estabeleceram nas sociedades contemporâneas, visando com isso a efetivação de um novo engajamento cívico e o desenvolvimento de uma cultura de solidariedade entre as pessoas. Tanto Putnam (2008) como Giddens (2000) apontam que é a renovação da consciência e do comportamento cívico da sociedade que impulsiona o desenvolvimento do bem-estar social e o crescimento econômico.

## 4. CONCLUSÕES

Sendo assim, se pode perceber que é através do entendimento de que a educação pode potencializar o capital econômico dos países, pela via da qualificação profissional e, consequentemente, do trabalho, que se estabelece um valor economicista à educação e se atribui à eficácia das políticas públicas nessa área, uma das soluções para amenizar as crises do capitalismo, desconsiderando as disfunções orgânicas do modelo. Desse modo, a capacitação dos trabalhadores está diretamente relacionada aos ganhos no setor produtivo.

No Brasil, concepções advindas da teoria do capital humano podem ser evidenciadas desde o período da ditadura militar. Nos dias atuais, pode-se perceber essa lógica através do investimento do governo federal na oferta da educação profissional, por via da expansão da rede federal de educação básica, técnica e tecnológica e de programas como o Pronatec, que com recursos públicos investe na oferta de ensino profissionalizante através do sistema S, este que, historicamente, é um dos responsáveis pela capacitação da mão-de-obra para o setor produtivo/mercadológico do país.

É evidente que as políticas educacionais que estão sendo efetivadas ao longo dos anos no Brasil não seguem linearmente a tese do capital humano, as alterações apresentadas para manutenção do capitalismo refletem diretamente na área da educação do país, que por recomendações de organismos internacionais e adesão à lógica neoliberal, inserem em seus planos de governo estratégias que contribuem com os interesses dos detentores do capital e evidenciam o fôlego deste modelo.

Analizando o atual contexto visualiza-se que as reconfigurações das orientações políticas globais buscam amenizar as desigualdades produzidas pelo neoliberalismo que se tornaram obstáculos aos interesses do capital, e são direcionadas a construção de uma sociedade civil mais solidária em relação às causas sociais e à formação de um perfil de trabalhador que favoreça a efetivação dessa lógica, ou seja, mais produtivo e ao mesmo tempo conformado com a situação que o mercado lhe impõe. Buscando, assim, promover o consenso da população e desenvolver um terreno fértil para o aumento do potencial produtivo, para a elevação do consumo e para o crescimento econômico.

É através da inserção da perspectiva do capital social que os intelectuais orgânicos definem outro papel para a educação. Se anteriormente já estava sob a responsabilidade do sistema de ensino a tarefa de aprimoramento do capital humano, que de acordo com os interesses mercadológicos é determinante, pela qualificação do trabalho e da consequente produtividade individual e competitividade da economia, incorpora-se à educação a função de desenvolver uma cultura “cívica como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, da paz, necessário para alívio da pobreza”, o que se reflete como um alargamento do papel da educação, ao mesmo tempo em que configura como uma restrição de sua função política.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Los objectivos de desarrollo del milenio en América Latina y el Caribe**: retos, acciones y compromisos. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, DC, jan. 2004.

BIRD. Banco Mundial. **Sumário Executivo da Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, Aprendizagem para Todos**: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: PAIVA, L; ANDRADE, J. (Orgs). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**: limites e contradições. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

GIDDENS, Anthony. **The Third Way and its Critics**. Cambridge: Polity Press, 2000.

HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Ed Boitempo, 2011.

MOTTA, Vânia C. **Ideologias do Capital Humano e do Capital Social**: da integração à inserção e ao conformismo. Trabalho Educação e Saúde, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

\_\_\_\_\_. Educação e capital social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismos de alívio à pobreza. In: PAIVA, L; ANDRADE, J. (Orgs). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**: limites e contradições. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.